

O APAGAMENTO DO TRAÇO LÍNGUA-CULTURA-IDENTIDADE GERMÂNICA NA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG

THE DELETION OF THE GERMANIC LANGUAGE-CULTURE-IDENTITY TRACE IN JUIZ DE FORA/MG

Mariana Schuchter Soares

Mestranda em Linguística na Universidade Federal de Juiz de Fora

Ana Cláudia Peters Salgado

Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

O objetivo deste estudo é tratar de questões pertinentes ao apagamento de traços da(s) língua(s) germânica(s) em Juiz de Fora/MG, considerando que, como aponta a literatura (OLIVEIRA, 1953; STEHLING, 1979; BORGES, 2000; ESTEVES, 2008), a quantidade de imigrantes germânicos que chegou à cidade teria sido tão grande quanto aquela destinada a outras partes do país, onde a língua se manteve e/ou onde ainda há visíveis marcas no dialeto/cultura da região (BORSTEL, 2011; PEREIRA, 2005). Nesse contexto, é relevante considerar que várias pesquisas já foram realizadas com o intuito de abordar a imigração “alemã” em Juiz de Fora, mas essas focavam apenas aspectos sócio-econômicos e fatos históricos. Verifica-se, dessa forma, que não há pesquisas centradas em questões relacionadas ao contato entre línguas. Assim, partindo do pressuposto de que toda língua atua como índice da identidade de seus falantes (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001), pode-se dizer que muitos dos elementos identitários dos povos germânicos acabaram se perdendo ao longo do caminho, uma vez que a(s) língua(s) não sobreviveu (sobreviveram) a todo um processo de urbanização da cidade, bem como ao contato linguístico intenso com os falantes do português e de outras línguas de imigração. É neste contexto que se inserem as teorias de Castells (2006) acerca da noção de identidade, concebida como a fonte de significado de um povo. A partir dessa perspectiva, pressupomos que um dos fatores que provavelmente contribuiu para com o apagamento dos traços língua-cultura-identidade foi justamente a não identificação coletiva, i.e., a negação da identidade do outro, evitando o reconhecimento de si mesmo como um igual, como possuidor de uma mesma identidade.

Palavras-chave: identidade; imigração germânica; línguas em contato; manutenção e morte linguística.

ABSTRACT

The objective of this paper is to deal with aspects related to the attrition of the German language in Juiz de Fora (MG), considering that, as proposed in the literature (OLIVEIRA, 1953; STEHLING, 1979; BORGES, 2000; ESTEVES, 2008), the amount of Germanic migrants that arrived in this city was as large as those ones that went to other parts of Brazil, where we can still find traces of Germanic languages in some dialects and in the culture (BORSTEL, 2011; PEREIRA, 2005). It is relevant to consider that other studies were developed to discuss the “German” immigration in Juiz de Fora. However, these studies focused on historical and socioeconomical aspects. Thus, there is a lack of linguistic studies towards Germanic immigration in this area. In this way, based on the idea that a language acts as a signal of the identity of its speakers (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001), we can say that many of identity marks of the Germanic people that arrived here were lost for the language(s) perished due to the urbanizing process and the intense linguistic contact with Portuguese speakers and other languages of immigration. Here, we can recall Castells (2006) with the notion of identity conceived as a resource of signification of a people. This point of view allows us to suggest that one of the aspects that influenced the loss of the language-culture-identity traces was the non-collective identification, that is, the negation of the other’s identity avoiding their own recognition as an equal being, or having the same identity.

Keywords: german immigration; identity; language maintenance and death; languages in contact.

INTRODUÇÃO

Já é lugar-comum a ideia de que o mundo é plurilíngue e de que as comunidades linguísticas se intersectam em vários níveis. É justamente a existência de tantas línguas que promove contatos linguísticos tão intensos, os quais podem ocorrer a partir de um único indivíduo bilíngue ou de toda uma comunidade (CALVET, 2002, p. 35).

Assim, pode-se dizer que a Sociolinguística, hoje, configura-se como a ciência que estuda a intrínseca relação entre língua e sociedade e como se dá a mútua influência entre elas. Por isso, mostra-se tão relevante a interface entre a Linguística e outras ciências que estudam a coletividade, tais como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Geografia humana, entre outras.

Baseando-nos nessa perspectiva, visamos à realização de uma pesquisa linguística com uma abordagem sócio-histórico-cultural relacionada à cultura germânica na cidade de Juiz de Fora/MG. Isso, porque segundo registros históricos, Juiz de Fora recebeu mil cento e sessenta e dois imigrantes germânicos no ano de 1857, um contingente que somava mais de vinte por cento da população total da cidade – a qual, na época, ainda nem tinha status de cidade e era chamada de *Vila de Santo Antonio do Paraibuna*. E após cento e cinquenta e quatro anos da chegada desses imigrantes, percebe-se um total apagamento de seus traços culturais e, principalmente, da(s) língua(s) estrangeira(s) incluída(s) nesse processo.

Estudos anteriores foram realizados no que se refere à imigração germânica em Juiz de Fora, porém, todos possuem um caráter histórico (limitando-se aos fatos), ou até mesmo econômico, o que indica uma lacuna no que se refere aos traços língua-cultura-identidade. Dessa forma, nosso principal objetivo é buscar evidências do que poderia ter ocasionado o apagamento dessas características, uma vez que é constatado que não existem mais quaisquer influências, em quaisquer níveis – fonológico, sintático, morfológico ou lexical – no dialeto da região.

Assim, pode-se dizer que o quadro que descreveremos se mostra bastante distinto do que ocorreu em outras regiões do país, as quais também receberam imigrantes germânicos e que conservam, ainda hoje, seus traços linguístico-culturais. É verdade que várias pesquisas já foram realizadas nessas regiões (SPINASSÉ, 2008; FRITZEN, 2008; MEYER, 2009; BORSTEL, 2011; HÖHMANN, 2009) com o intuito de se verificar as influências que a língua germânica exerceu sobre alguns dialetos, principalmente os da região Sul e do estado do Espírito Santo. No entanto, não há descobertas efetivas que contemplem as regiões em que houve o apagamento dessa variedade linguística, principalmente em meio a sociedades em que tais povos tiveram efetiva participação no desenvolvimento econômico da região.

1. A Sociolinguística e as línguas em/de contato

A linguagem desempenha um papel basilar na vida dos seres humanos, uma vez que permeia as interações e atividades diárias e atua como meio de expressão de pensamentos dos sujeitos. A capacidade de interagir com seus

coespecíficos através de um aparato segmentável e passível de simbolismo – esse que, até o momento, evidencia-se exclusivamente humano –, continuamente despertou a curiosidade dos homens de diferentes culturas e momentos históricos. No entanto, somente no século XX, foi atribuído à Linguística o *status* de ciência.

Desde então, os estudos acerca da linguagem humana têm se desenvolvido e, atualmente, dividem-se em distintas subáreas. Uma delas é a sociolinguística, a qual foca, dentre outros, aspectos resultantes da relação entre língua e sociedade, enquadrando estudos relacionados ao contato entre línguas, ao nascimento e morte de línguas, ao multilinguismo e às variações e mudanças. Nesse sentido, para a compreensão do fenômeno linguístico analisado, é relevante, muitas vezes, considerar a utilização de aspectos de outras áreas do conhecimento que também se ocupam das relações humanas que emergem na sociedade, a fim de romper as fronteiras que limitam a visão do objeto de estudo.

Considerando que nosso objetivo, neste trabalho, é estudar aspectos sócio-histórico-culturais que perpassam o contato entre a(s) língua(s) alóctone(s) germânica(s) e a língua portuguesa em Juiz de Fora, bem como o porquê do apagamento dessas(s) língua(s) minoritária(s), pretendemos ponderar sobre evidências que apontam para alguns fatores internos e externos à(s) comunidade(s) linguística(s), os papéis e as funções sociais dos falantes, o *status* relativo dos falantes e das línguas e questões de domínio linguístico e social.

Neste contexto, é possível sugerir que, antes do apagamento da(s) língua(s) germânica(s), os imigrantes germânicos tenham tido que encontrar formas alternativas para a interação com os outros imigrantes (dada a diversidade dos dialetos), bem como com os falantes do português. Assim, perguntamo-nos se não teria sido possível a existência de “uma língua” – talvez uma “língua franca” (MUFWENE, 2004) ou uma “língua veicular” (CALVET, 2002) – especialmente configurada para atender às necessidades daquela população específica. No entanto, não trataremos de tal questão neste trabalho, uma vez que a pesquisa ainda se encontra em andamento.

2. A situação socio-histórico-cultural dos Estados do Reich no século XIX

Para compreendermos o discurso de afirmação da identidade étnica e sua implicação quanto aos significados atribuídos à língua germânica, faz-se necessário, primeiramente, elucidar algumas questões relativas à situação dos povos germânicos na época da emigração. Assim, com o intuito de dar início às nossas discussões, mostra-se relevante ponderar sobre alguns fatores sócio-históricos relacionados aos países germânicos no século XIX.

No período que compreende de 1815 a 1870, diversos fatos históricos ocorreram em territórios germânicos e regiões circunvizinhas. Ribeiro (2009, p. 21) cita, por exemplo, o Congresso de Viena, a Confederação Germânica, as Revoluções de 1848, a União Aduaneira de 1834, a liderança da Prússia, a ascensão de Bismark em 1862 e suas guerras de 1864 e 1866 contra Dinamarca e Áustria, fatos que não devem ser encerrados na escala alemã, uma vez que afetam a Europa (e o mundo) como um todo. No entanto, não aprofundaremos a análise histórica de tais fatores, considerando que esse não é nosso foco de estudo. O que nos interessa, na verdade, são as consequências da soma de todos esses conflitos sócio-político-culturais para o povo germânico do século XIX, uma vez que ocorreram, ao longo do tempo, uniões e/ou divisões entre os diferentes territórios, que trouxeram não apenas impactos econômicos, mas também choques entre diferentes culturas e identidades.

Considerando que a unificação do Estado Nacional Alemão só aconteceu em 1871, e que, a título de comparação, no século XVI, eram mais de trezentos Estados-membros, divididos em principados, feudos eclesiásticos, reinos e cidades livres, fica difícil imaginar uma sociedade homogênea em termos de cultura, língua, costumes etc. É claro que a heterogeneidade social não se configura como exclusividade da Alemanha, uma vez que é impossível conceber uma homogeneidade linguística e cultural naquele momento histórico; visto que, quando os imigrantes começaram a chegar ao Brasil, no ano de 1824 (e, mais especificamente na cidade de Juiz de Fora, em 1857), o território germânico constituía um fervente caldeirão de diversidades, tanto econômicas quanto culturais e linguísticas.

Segundo Willems (1980, p. 28-29), nas aldeias prussianas da primeira metade do século XIX, as famílias eram unidades produtoras e consumidoras ao mesmo tempo. O camponês comungava com fatores mesológicos, uma vez que baseava sua vida em seu meio regional, senão local. Assim, nenhuma manifestação cultural típica dos grupos rurais seria concebível fora de um determinado meio, a começar pelo próprio dialeto, o qual, até mesmo de povoado para povoado, já acusava diferenças sutis. Fora de seu meio nativo – mesmo que seja em meio rural, entre camponeses como ele –, o campônio estaria sujeito, até mesmo, a problemas para entender e ser entendido como resultado das diferenças linguísticas.

Além disso, “o rigor das tradições, a inflexibilidade dos costumes, consequências do isolamento, determinaram a relativa estreiteza do horizonte cultural” (WILLEMS, 1980, p. 30). Além da falta de experiências do camponês, geralmente restrito ao meio nativo, a escola configurava-se como algo muito recente nas aldeias germânicas e, por isso, grande parte dos imigrantes que chegaram ao Brasil era de analfabetos.

Também é verdade que boa parte dos imigrantes germânicos proveio do meio urbano. Esses homens deixavam para trás uma sociedade em plena transformação, e justamente “por causa” dessa transformação: era época de franca industrialização e proletarização de grande parte da população (WILLEMS, 1980, p. 32). Porém, apesar de cidadãos, esses emigrantes faziam parte de classes sociais diversas, o que contribuía ainda mais para com a heterogeneidade cultural daqueles que vinham para o Brasil.

3. Juiz de Fora e seus imigrantes germânicos

Segundo Oliveira (1994), a política de imigração teve início, em Juiz de Fora, através das iniciativas de Mariano Procópio Ferreira Lage, cuja intenção inicial era conseguir mão-de-obra especializada para a construção da Estrada União e Indústria. Por isso, em 1853, foram contratados técnicos, engenheiros, arquitetos e, três anos mais tarde, mais 20 profissionais, como ferreiros, pintores etc.

Entretanto, sabemos que a maior parte dos imigrantes vieram para a região para formar uma colônia agrícola, segundo a política de D. Pedro II na tentativa de desenvolver a economia agrícola da região. Assim, de acordo com Stehling (1979), em 1857, Mariano Procópio conseguiu trazer 1.162 imigrantes germânicos (em sua maioria com baixa ou nenhuma escolaridade, com profissões que variavam entre agricultores, operários, pedreiros, seleiros etc.), com a promessa de que, em Juiz de Fora, todos receberiam terras e boas condições para a agricultura. No entanto, tais promessas não foram cumpridas e, os colonos foram instalados em áreas consideradas improdutivas – as quais, hoje, correspondem ao bairro São Pedro –, passando por dificuldades econômicas e falta de assistência.

Apresentaremos, ainda, nesta seção, algumas evidências encontradas em pesquisas preliminares (de base documental e etnográfica), e discutiremos alguns aspectos que podem ter influenciado o apagamento da(s) variedade(s) linguística(s) germânica(s) que foram levadas para a cidade pelos imigrantes. Antes, porém, mostra-se relevante tecer algumas considerações sobre aspectos sócio-histórico-culturais envolvidos nesta pesquisa.

Primeiramente, é significativo dizer que a influência dos imigrantes germânicos na economia da cidade foi bastante acentuada e que, até hoje, conservam-se vários estabelecimentos comerciais fundados e/ou ainda mantidos por eles e seus descendentes. No entanto, a mesma atuação não se repetiu no que diz respeito à cultura. Mesmo com algumas tentativas, que se mostram um tanto tardias, de se recuperar alguns aspectos culturais / identitários desses povos (como a chamada “Festa Alemã” do bairro Borboleta, iniciada somente no ano de 1969, mais de 110 anos após o movimento migratório), nota-se que as danças e/ou comidas, entre outros elementos culturais, já não são caracteristicamente germânicos, considerando que os organizadores desse tipo de evento, muitas vezes, precisam buscar informações fora da cidade para a montagem das apresentações.

Outro aspecto interessante foi revelado em entrevista com o austríaco *Franz Joseph Hochleitner*, natural da cidade de *Salzburg* (Entrevista 001/2011). Ele lutou na Segunda Guerra Mundial pelo III Reich e fugiu para Juiz de Fora no ano de 1948. Hoje, com 96 anos, garantiu que ao chegar à cidade, já não teria encontrado pessoas que falassem qualquer variedade linguística germânica. Isso demonstra que, provavelmente, o processo de apagamento da língua acontecera há mais de 60 anos.

Dessa forma, discutiremos alguns dados de pesquisa relacionados a fatores que podem ter contribuído para com o apagamento da(s) língua(s) germânica(s) em Juiz de Fora, tais como: (a) a multiculturalidade/plurilinguismo dos imigrantes germânicos e a não identificação coletiva; (b) a falta de uma política de acolhimento e assentamento desses imigrantes; (c) o prestígio da língua portuguesa; (d) a ausência de educação formal para os filhos de imigrantes; (e) a falta de assistência religiosa.

a. A multiculturalidade/plurilinguismo dos imigrantes germânicos e a não identificação coletiva

A partir da sistematização de um levantamento realizado por Clemente (2008, p. 230-268) no que se refere à cidade de Juiz de Fora, pode-se dizer que entre os 1.162 imigrantes germânicos que chegaram a Juiz de Fora havia grande heterogeneidade linguístico-cultural, uma vez que esses eram originários de regiões diversas, o que inclui Baden (Sudoeste da Alemanha), Grão Ducado de Hessen (Região Central da Alemanha), Holstein (Norte da Alemanha), Hessen Darmstadt (Região Central da Alemanha), Prússia (atuais territórios da Polônia, Lituânia e Rússia) e Tyrol (atual território da Áustria).

Abaixo, encontra-se um quadro formulado a partir dos dados disponíveis na obra de Clemente (2008):

QUADRO 1: dados relacionados à imigração germânica em Juiz de Fora

Cidade / região de origem dos imigrantes	Número de imigrantes em Juiz de Fora	Localização	Variedade linguística
Baden	108	Sudoeste	Alto Alemão
Grão Ducado de Hessen	85	Região Central	Alemão Central
Holstein	200	Norte	Baixo Alemão
Hessen Darmstadt	324	Região Central	Alto Alemão
Pommerania	18	Nordeste	Baixo Alemão
Prússia	114	Polônia, Lituânia e Rússia	Baixo Alemão
Sachsen	28	Leste	Alto Alemão
Tyrol	267	Áustria	Alto Alemão

Fonte: Clemente (2008)

A partir da visualização do Quadro 1, é possível perceber as variedades linguísticas mais gerais da língua alemã trazidas pelos imigrantes para a cidade. No entanto, em fins do século XIX, o alto alemão incluía dialetos como o bávaro, o alemânico, o baixo alemânico, o alsaciano, o suábio, o francônio oriental e o francônio meridional. Quanto ao alemão central, esse englobava o alemão centro ocidental, o ripuário, o francônio central, o francônio do Mosela, o francônio do Reno, o saxônio superior, o médio alemão oriental e o silesiano. Já o baixo alemão era formado pelas variedades frísio ocidental, baixo-saxônio, baixo alemão oriental, prussiano oriental, frísio setentrional, frísio ocidental, holandês, baixo francônio e flamengo (THEODOR, 1963).

Além das variações que se processavam no nível dos dialetos, é possível afirmar que as distinções linguísticas eram muito maiores, considerando-se a inserção dos indivíduos em diferentes comunidades de fala dentro de uma mesma cidade/região, as diferenças linguístico-culturais entre as famílias, bem como aspectos como classe social, diferentes graus de escolaridade etc., sem falar das variações no nível dos idioletos. Desse modo, apesar da existência de uma mobilização dos povos germânicos para a defesa de seus interesses econômicos diante da sociedade juizforana, um dos fatores que provavelmente contribuíram para com o apagamento dos traços língua-cultura-identidade desses povos foi justamente a não identificação coletiva, tanto no que se refere às diferenças culturais quanto às variações linguísticas e, conseqüentemente, a negação da identidade do outro, o não reconhecimento de si mesmo como um igual, como possuidor de uma mesma identidade.

Nesse sentido, é possível sugerir que os imigrantes germânicos tenham tido que encontrar formas alternativas para a interação com os outros imigrantes (dada a tamanha diversidade linguístico-cultural e a possível recusa em utilizar uma variedade linguística que não a sua própria), bem como com os falantes do português, o que pode ter implicado a formação de uma “língua franca” (MUFWENE, 2004) ou de uma “língua veicular” (CALVET, 2002) para, posteriormente, resultar na morte da(s) língua(s) germânica(s) que entraram em contato com o português e com outras línguas (como a(s) variedade(s) italiana(s), por exemplo, também levada(s) para a cidade por imigrantes, no decorrer do século XIX).

Quanto às evidências encontradas, até o momento, através de pesquisa documental na cidade de Juiz de Fora, foram localizados apenas registros escritos em língua holandesa, realizados por padres redentoristas que foram, tardiamente, para a cidade – falaremos mais detalhadamente sobre esse assunto no item (e). O que se percebe, então, é uma escassez de registros escritos em outras variedades germânicas, principalmente produzidos por colonos. No entanto, essa busca por evidências documentais ainda se encontra em andamento, o que não nos permite tecer generalizações.

Ao se conceber a possível existência de uma língua franca entre os colonos, pode-se imaginar que, para esses imigrantes germânicos, desenvolver uma variedade linguística comum a todos era uma tarefa difícil. Utilizar-se de vocábulos ou traços linguísticos holandeses, por exemplo, seria admitir que todos os imigrantes eram iguais, exatamente o que não queriam ser perante os olhos dos nativos da cidade, a fim de preservarem sua identidade. Isso porque, como dito anteriormente, por mais que se saiba que uma identidade étnica não está estritamente associada à língua, como defende Maher (1998), é impossível negar o valor que a posse e o reconhecimento dela encerram para os diferentes povos.

É nesse contexto que se inserem as teorias do sociólogo espanhol Castells (2006). Para ele, a noção de identidade pode ser concebida como a fonte de significado e de experiência de um povo. Por assim dizer, a identidade seria concebida como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados” (CASTELLS, 2006, p. 23). Desse modo, o processo de estabelecimento de identidades ocorreria por meio da matéria prima fornecida pela história, pela geografia, pela biologia, pelas instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, pelas revelações de cunho religioso etc. A partir de tais considerações, pode-se dizer que a língua, nosso real objeto de estudo, constitui-se enquanto matéria-prima estabelecida por fatores sócio-histórico-culturais, bem como geográficos e biológicos próprios de cada comunidade linguística de imigrantes germânicos. Por isso, mostra-se importante para esses imigrantes a preservação de sua identidade étnica e a afirmação das diferenças que se processam através da língua. Isso, porque a variação linguística é um fenômeno que pode ser considerado como índice da identidade de seus falantes (LABOV, 1972, 1982, 1994,

2001), uma vez que a língua é contextualizada e socialmente determinada. Ainda, de acordo com Calhoun (1994, p. 9), “não se tem conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja instituída”.

Retomando Castells (2006, p. 23), todos os materiais fornecidos pela história, geografia etc., “são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço”. É o caso dos povos germânicos em Juiz de Fora que, ao longo do tempo, reorganizaram sua identidade a partir de todo tipo de influências, fossem naturais ou impostas pela sociedade. Assim, estabeleceu-se um processo de ressignificação a partir do contato com o outro que, por muito tempo, sofreu resistência por parte dos próprios colonos.

Considerando o aspecto dinâmico da identidade, por estar sempre em movimento, Castells (2006, p. 24-25) propõe três tipos de construção de identidades: (i) identidade legitimadora, (ii) identidade de resistência e (iii) identidade de projeto. “A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil”, i.e., àquela que é constituída por uma série de organizações e instituições, tais como a(s) Igrejas(s), os sindicatos, os partidos, as cooperativas, as entidades cívicas etc. Assim, a identidade legitimadora é introduzida pelas instituições/organizações dominantes na sociedade, a fim de expandir sua dominação e racionalização em relação aos atores sociais. Quando falamos da cidade de Juiz de Fora, pode-se dizer que a identidade legitimadora não foi relevante na formação dos povos germânicos, uma vez que, por muitos anos, não houve escolas para filhos de imigrantes, igrejas que oferecessem assistência ou qualquer tipo de instituição que oferecesse subsídio aos estrangeiros.

Já a identidade de resistências leva à formação de comunidades. Isso porque dela fazem parte as diversas formas de resistência coletiva diante de um tipo de opressão. Assim, essa identidade é criada por atores sociais que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, o que faz com que seja criada uma resistência com base em princípios diferentes ou opostos daqueles que permeiam as instituições sociais. No entanto, em Juiz de Fora, também não se formou

uma “comunidade alemã”, uma vez que não houve a construção de uma identidade defensiva, considerando que não havia resistência em relação à exclusão ou à falta de assistência da sociedade.

Entendemos, dessa forma, que o caso dos povos germânicos em Juiz de Fora foi o da “identidade de projeto”, *i.e.*, “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”. Assim, a construção de identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida. Esse processo de construção de identidades produz “sujeitos”, aqueles que anseiam criar uma história pessoal, atribuindo significado a todo um conjunto de experiências da vida individual.

b. A falta de uma política de acolhimento e assentamento dos imigrantes

Aos imigrantes germânicos que chegaram a Juiz de Fora foi feita a promessa de que receberiam terras férteis e boas condições para iniciarem seus empreendimentos. No entanto, como não havia um perfeito entendimento entre a Câmara Municipal e Mariano Procópio (OLIVEIRA, 1953, p. 51), os imigrantes acabavam sendo prejudicados pela falta de políticas que lhes proporcionassem melhores condições de vida.

A verdade é que a maior parte das promessas não foi cumprida. Instalados em uma vasta região, que hoje compreende os bairros São Pedro, Borboleta e Fábrica, os colonos foram distribuídos em lotes de terras e encarregados de produzir gêneros alimentícios pela agricultura. No entanto, as terras recebidas eram inférteis e os imigrantes não receberam todo o apoio financeiro de que precisavam. Além disso, não houve qualquer tipo de auxílio para a superação das dificuldades que acabaram emergindo das diferenças linguísticas e culturais, principalmente na hora de negociarem seus produtos.

Dessa forma, segundo Oliveira (1994, p. 32), as colônias não conseguiram se manter por muito tempo, o que resultou na fuga para a cidade, onde ficariam longe de seu povo (o que implicava a diminuição do uso de sua variedade germânica e a obrigatoriedade da aquisição do português e de sua utilização para fins profissionais), a fim de se somarem

aos operários e trabalhadores braçais. Isso porque não havia um mercado consumidor para os produtos provenientes de suas terras, o que se associava à escassez de incentivos.

c. O prestígio da língua portuguesa

Independentemente das muitas variedades linguísticas faladas por todo o país – como, por exemplo, as línguas indígenas e os dialetos que receberam influência direta das línguas germânicas (os chamados *Brasildeutsch* e *Hunsrückisch*, por exemplo), o português é considerado a língua histórica do país. Desse modo, de acordo com César e Cavalcanti (2007), o que se constata, desde tempos remotos, é uma constante tensão entre os interesses da nação hegemônica e das sociedades minoritárias que convivem no mesmo território.

Assim, o mito de “nação monolíngue” deve ser politicamente mantido, interna e externamente, o que tornam invisíveis as minorias linguísticas e socioculturais do país. Nesse contexto é que se instalam o prestígio de determinada norma da língua portuguesa e o processo de apagamento das línguas alóctones, uma vez que eleger o português como a “língua brasileira” tende a sufocar a autonomia dos falantes de outras línguas. Dessa forma, falar o português significaria o reconhecimento como interlocutor diante do poder hegemônico, além do atendimento às expectativas do outro sobre o seu próprio desempenho linguístico.

É nesse sentido que a língua portuguesa, nas suas formas prestigiadas, aparece como um ideal de língua a se dominar, a partir da crença de que seja possível estabelecer o contato mais simétrico com o outro que se coloca nesses espaços de poder da cultura hegemônica.

Portanto, apesar de o Brasil sempre ter sido um país plurilíngue, o reconhecimento oficial desse fato apenas se deu em 09 de dezembro de 2010, através do Decreto nº 7387:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Desse modo, em vista da coexistência de outras variedades linguísticas no território brasileiro e, conseqüentemente, deixando de lado a noção de fronteiras linguísticas¹, reconhecemos a importância dos estudos sociolinguísticos sobre línguas em/de contato.

d. A ausência de educação formal para os filhos de imigrantes

A primeira instituição de ensino voltada para receber os filhos dos imigrantes foi a Escola Agrícola, em 1869, fundada pelo próprio Mariano Procópio, doze anos após a chegada dos trabalhadores. Durante o tempo em que funcionou, a escola ensinava apenas técnicas agrícolas (YAZBECK, 2003, p. 100) em um curso intensivo de três anos, sem qualquer preocupação com o ensino curricular e/ou de língua alemã. Segundo Oliveira (1953, p. 59), para ser admitido como aluno, o candidato deveria provar que era órfão de pai e mãe ou desprovido de recursos financeiros e, nestas condições, tinham preferência os filhos da colônia de imigrantes. Ainda assim, os alunos deveriam contribuir com 200\$000 por semestre, para as despesas de manutenção. Mas a verdade é que a escola não passou de uma experiência de curta duração, uma vez que suas atividades teriam sido encerradas devido à pouca procura.

Outras escolas foram fundadas na cidade, como o Colégio do Cônego Roussin que, datada de 1860, é considerada a primeira instituição de ensino da cidade. Há também registros da instituição “Professor Sampaio”, criada antes do estabelecimento do Município. No entanto, não se sabe ao certo qual a data de sua fundação (YAZBECK, 2003, p. 100). O que se sabe é que essas escolas não tinham interesse em receber os filhos dos imigrantes.

Nos anos seguintes, várias instituições de ensino básico e médio foram estabelecidas em Juiz de Fora, porém, em sua maioria, ofereciam ensino particular; apenas alguns poucos grupos escolares eram pertencentes ao poder público. Na verdade, ainda segundo Yazbeck (2003, p. 101), “até 1890, Juiz de Fora reproduzia na educação o perfil corrente no Império, durante o qual predominava, em todo o país, o ensino particular”.

¹ De acordo com Guisan (2009), a representação que se tem hoje em dia da distribuição das línguas, com áreas delimitadas dentro de fronteiras nítidas, se fundamenta em mudanças recentes e pode ser apenas um epifenômeno transitório na história das línguas e das relações que se mantêm entre elas. Tal imagem não deixa de ser o produto de uma ilusão, a do imobilismo fotográfico. Para ele, as variantes linguísticas são muito menos geográficas e se superpõem cada vez mais no mesmo espaço.

As condições do ensino em Juiz de Fora evidenciam que os filhos de imigrantes só tiveram acesso ao ensino formal no início do século XX. Abaixo, vemos uma foto do Grupo de alunos da Escola Municipal da Borboleta, tirada por volta de 1914:

FIGURA 1: grupo de alunos da Escola Municipal da Borboleta



Fonte: Esteves (2008, p. 274)

A partir da visualização da figura 1, percebe-se que todas as crianças têm os pés descalços, o que sugere que os imigrantes, mesmo no século XX, ainda passavam por dificuldades econômicas.

e. A falta de assistência religiosa

Conforme sugerem as pesquisas documentais já realizadas, a assistência religiosa aos imigrantes germânicos foi bastante precária. Isso porque, apenas em março de 1894 – cerca de 27 anos após a chegada dos colonos à cidade – iniciaram-se as pregações em uma das variedades de língua germânica, declaradas nos registros como “alemão”, na Capela do Morro da Glória. Acreditamos, contudo, que tal variedade seja o holandês, uma vez que os padres redentoristas que vieram para Juiz de Fora, cujos nomes eram *Pd. Matias Tulkens* e *Pd. Francisco Lohmeyer*, eram genuinamente holandeses. Neste contexto, não se pode dizer que a utilização de apenas

uma variedade de língua germânica nas pregações fosse realmente eficaz, dado o plurilinguismo existente em meio à colônia. Além disso, uma pequena parte, ao final da pregação, ainda ficava reservada para a utilização do português.

Entretanto, a celebração em “alemão” acabou fazendo com que os brasileiros e os italianos parassem de frequentar a igreja. Um trecho de uma carta escrita pelo *Pd. Lobmeyer* ao provincial da Holanda, datada de 01.07.1885, evidencia isso: “Nossa igreja não está sendo procurada. É uma igreja alemã: sermão em alemão, terço e catecismo em alemão. Tudo isso faz com que os brasileiros e os italianos fujam da nossa igreja (...)”.

Além disso, na mesma carta, *Pd. Lobmeyer* afirma que poucas pessoas ainda entendem o “alemão” e aproveitam efetivamente a missa.

Aqui no Morro [da Glória] apenas 600 pessoas aproveitam a nossa presença (...) devemos acabar com a pregação em alemão [porque] de 50 anos para baixo e todos os homens (até de 50 para cima) falam português. Portanto, quase todos entendem o sermão feito em português.

Considerando tais registros, pode-se inferir que poucas pessoas ainda entendiam e falavam unicamente sua variedade de língua germânica, e que o português já ocupava seu espaço, de forma considerável, em meio às colônias.

Com o tempo, a frequência das pregações em “alemão” diminuiu. E com a Primeira Guerra Mundial, nos anos de 1914 a 1918, tanto as pregações quanto o catecismo em alemão acabaram definitivamente.

Quanto à assistência religiosa por parte dos protestantes, essa ainda se encontra em estágio de pesquisa. No entanto, segundo evidências preliminares sobre as quais não discorreremos neste trabalho, a presença da igreja Luterana teria sido tão escassa quanto a da igreja Católica em meio aos colonos de origem germânica, na cidade de Juiz de Fora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos ponderar sobre possíveis fatores sócio-histórico-culturais que teriam contribuído para com o desaparecimento dos traços da(s) língua(s) germânica(s) e da cultura dos imigrantes que chegaram a Juiz de Fora/MG, os quais somavam mais de 20% da população da cidade na época, mais especificamente no ano de 1957. Isso porque não há outros estudos que contemplem o contato entre as línguas germânicas e o português nesta região.

Conforme buscamos evidenciar, acabou sendo preciso, por parte dos imigrantes germânicos de Juiz de Fora, apagarem as marcas de sua língua e de sua cultura para a própria sobrevivência em meio à coletividade de falantes de língua portuguesa – o que justifica o título de nosso trabalho. Nesse contexto, pode-se dizer que alguns aspectos que estão, possivelmente, envolvidos na morte da língua e da cultura germânicas são a multiculturalidade e a não identificação coletiva, a ausência de políticas públicas para o assentamento dos imigrantes, a falta de assistência no que se refere ao ensino formal e a religião, bem como o prestígio da língua portuguesa em detrimento das línguas alóctones.

Assim, a partir deste estudo, esperamos contribuir para com o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, que visa à “memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (Decreto nº 7.387, de 09 de dezembro de 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo Congregação Redentorista - Província do Rio - FJ26 – documento O casamento de D. Pedro I e a vinda dos Redentoristas.

BORGES, Célia Maia. *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

BORSTEL, C.V. *A linguagem sociocultural do Brasildentsch*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 176.

CALHOUN, Craig J. *Social theory and the politics of identity*. Oxford: Blackwell, 1994.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002. p. 35-63.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, v. 2., 5. ed., 2006.

CÉSAR, América L., CAVALCANTI, Marilda C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 45-64.

CLEMENTE, V. P. *Os alemães e a Borboleta*. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

DECRETO Nº 7.387, de 09 de dezembro de 2010, da Presidência da República, publicado no DOU de 10. 12. 2010.

ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

FRITZEN, M.P. Línguas em contato/confito: em foco uma escola rural em zona de imigração alemã no Sul do Brasil. In: VIII Encontro do Círculo de estudos Linguísticos do Sul (CELSUL), 08, 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2008.

GUISAN, Pierre. Língua: a ambiguidade do conceito. In: *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 17-27.

HOCHLEITNER, Franz Joseph. *Franz Joseph Hochleiter: depoimento* [ago. 2011]. Entrevistadora: Mariana Schuchter Soares. Juiz de Fora, 2011. Entrevista 01/2011 concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

HÖHMANN, Beate. Manutenção e planificação linguística numa comunidade pomerana do Espírito Santo: um estudo sociolinguístico. In: *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 191-201.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Philadelphia University Press, 1972.

_____. *Building on empirical foundations*. In: LEHMANN, W., MALKIEL, Y. (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.

_____. *Princípios del cambio lingüístico*. v. 1. Tradução de Pedro Martín Butragueño. Madrid: Gredos, 1994.

_____. *Principles of linguistic change*. vs. 1 e 2. Malden/Mass: Blackwell, 2001.

MAHER, T. M. Sendo índio em português. In: SIGNORINI (org). *Lingua(gem) e identidade*. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: FAPESP, FAEP/ Unicamp, Mercado de Letras, 1998.

MEYER, M. *Deutsch ou Deutsch?* Macroanálise pluridimensional da variação do hunsrückisch rio-grandense em contato com o português. 2009. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2009.

MUFWENE, Salikoko S. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

OLIVEIRA, M. R. *Juíz de Fora: vivendo a História*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

OLIVEIRA, P. *História de Juíz de Fora*. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso S. A., 1953.

PEREIRA, Maristela. A imigração alemã em Blumenau e a situação de bilinguismo. *Estudos Linguísticos XXXIV*, 2005. p. 189-194.

RIBEIRO, G. Luta pela autonomia e pelo território: Geografia e os estados alemães e francês na virada do século XIX e ao século XX. *Revista Mercator*, v. 8, n. 15, jan./abr. 2009. p. 19-28.

SPINASSÉ, K. P. O hunsruckisch no Brasil: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Alemanha. *Revista Espaço Plural*, n. 19, p. 117-126, jun. / dez 2008.

STEHLING, L. J. *Juiz de Fora, a companhia União e Indústria e os alemães*. Juiz de Fora: Funalfa, 1979.

THEODOR, Erwin. *A língua alemã*. São Paulo: Herder, 1963.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 2, p. 99-105, jan./dez. 2003.